

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

DATA BASE

Reajuste de 3,45% é aprovado na ALEP

Depois de ter massacrado os servidores no dia 29 de abril para aprovar a alteração nas leis da ParanaPrevidência – e poder sacar R\$ 6 bi em quatro anos no nosso Fundo Previdenciário – o governo atacou mais uma vez o direito dos servidores, desrespeitando a Lei 15.512, de 31 de maio de 2007, que instituiu a data base.

O governo pretendia dar 0%. Sob pressão, anunciou 5% sem dizer quando e como pagaria; depois passou para 3,45% parcelado em três vezes; em seguida apresentou projeto de lei 421/15 propondo o reajuste de 3,45% (em parcela única – conquista nossa), mas alterando a data base para 1º de janeiro de cada ano até 2017. O conjunto de medidas antidemocráticas adotadas pelo governo levou à greve generalizada dos servidores públicos. Pararam por tempo indeterminado os professores e funcionários de escolas estaduais e das universidades, servidores do sistema penitenciários, agentes penitenciários, servidores do judiciário e do Meio Ambiente. Saúde e Agricultura optaram por greves por tempo determinado.

A maioria das categorias decidiu voltar ao trabalho para atender a população, mas manter a mobilização. Em 22 de junho, os deputados da oposição ao Governo Richa ainda lutavam pela aprovação da emenda garantindo a reposição da inflação de 8,17%, mas a bancada governista aprovou por 29 a 19 o PL 421/15.



A greve do meio ambiente começou em 25 de maio para engrossar o movimento grevista dos servidores públicos estaduais e atingiu todos os regionais.

A paralisação do Sistema SEMA foi suspensa em 10 de junho.

Na Agricultura, os servidores optaram por greve de dois dias, em 02 e 03 de junho, para acompanhar as votações na ALEP.

Confira o que muda na data base:

- * Antecipa para janeiro de 2015 a revisão geral que hoje é em maio de 2015, zerando o IPCA de maio de 2014 a dezembro de 2014, cujo índice é de 3,45%, com pagamento no mês de outubro de 2015;
- * Em 1º janeiro de 2016, antecipa a revisão geral anual, que hoje é em maio de 2016, zerando o IPCA referente ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, estimado em 8,50%;
- * Em 1º janeiro de 2017, a revisão geral que seria em maio de 2017, será zerada de acordo com o IPCA de janeiro de 2016 a dezembro de 2016, estimado em 5,50%, com pagamento no mês de janeiro de 2017. O índice apurado será acrescido de 1% de adicional de data base relativo à compensação da perda de massa salarial dos meses não pagos do ano de 2015;
- * Em maio de 2017, zera-se o IPCA, estimado em 1,80%, referente a janeiro de 2017 a abril de 2017, com pagamento no mês de maio de 2017;
- * Finalmente, a partir de 01 de maio de 2018, restitui-se o 1º de maio para revisão anual, fazendo o zeramento do IPCA referente ao período de maio de 2017 a abril de 2018, estimados em 4,50%.
- * Na proposta, mediada e avaliada pelo Ministério Público Estadual, que foi representado pelo Procurador Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, também está prevista a não punição e ou perseguição a todos os grevistas.

E MAIS:

■ SINDISEAB é recebido em audiências para negociação da nossa Campanha Salarial de 2015.

Fique por dentro do que foi discutido nas PÁGINAS 02 e 03.

■ Confira todas as nossas reivindicações na PÁGINA 04

■ Fique atento ao prazo para fazer parte das ações judiciais do sindicato em 2015. Saiba quais são as ações e os documentos necessários na PÁGINA 04



EDITORIAL

SINDISEAB debate reivindicações com autoridades do governo

Dando continuidade à Campanha Salarial de 2015, o SINDISEAB foi recebido numa série de audiências por autoridades das secretarias e órgãos vinculados para negociar a nossa pauta de reivindicações, geral e específica, protocolada desde o mês de maio.

A pauta do SINDISEAB foi construída pelos servidores da base nas plenárias regionais e nos encontros Estaduais de 27 de fevereiro e de 27 de março de 2015. Por isso, as nossas reivindicações refletem a realidade dos locais de trabalho. Os servidores, que estão no dia a dia das instituições, têm importantes contribuições para a melhoria dos serviços públicos prestados à população.

Conversamos com a SEAP, SEMA, ITCG, SEAB e ADAPAR. A audiência com o IAP foi já solicitada, mas ainda não agendada. Confira o que as autoridades disseram.

MEIO AMBIENTE

SEMA anuncia concurso para o IAP

Na audiência do dia 10 de junho, tanto Ricardo Soavinski (SEMA) quanto Amilcar Cabral (ITCG) consideraram legítimas e justas as reivindicações dos servidores.

Além da reposição de pessoal para o IAP, foram noticiadas a autorização para horas extras e a busca de recursos junto ao Banco Mundial para cursos de capacitação.

Outro ponto importante, foi a articulação do Fórum Permanente do Meio Ambiente.

Concurso: o Secretário do Meio Ambiente confirmou a abertura de concurso público, ainda em 2015, para reposição de 160 vagas para Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Para os demais órgãos vinculados à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por conta da situação financeira do Estado, a expectativa de Soavinski é que se abra concurso a partir do ano que vem.

O ITCG precisa de servidores para reposição de 33 vagas pelo menos. Segundo Cabral, a escassez de recursos para o custeio causou dificuldades momentâneas na execução dos trabalhos de campo, mas o órgão não ficou parado: “aproveitamos para o processo de organização interna da entidade, repensar e organizar as

coisas”. O diretor-presidente do ITCG conta que a frota de veículos está sendo revisada para que o trabalho de campo seja normalizado.

Horas extras: depois de apresentado um relatório com planilha sobre a necessidade de serviços extraordinários, a SEAP autorizou R\$ 33 mil reais mensais para a realização de horas extras para o Sistema SEMA.

Capacitação: foi elaborado um programa de capacitação para os servidores lotados no Sistema SEMA com apoio técnico da Escola de Governo e financiamento pelo Banco Mundial. Entre R\$ 10 e 12 milhões do Banco Mundial estão disponíveis para o investimento em cursos para



a assistência técnica multissetorial. Tais recursos estão sendo pleiteados pela SEMA, IAP, ITCG, ÁGUASPR e MINEROPAR.

Fórum permanente: os problemas do Meio Ambiente serão debatidos a cada 60 dias entre as autoridades do Sistema SEMA e dirigentes do SINDISEAB. A primeira reunião está agendada para o dia 08 de julho, às 16h30, na SEMA. Um dos temas que Soavinski citou como urgente a ser debatido é a corrupção dentro das instituições.

ADAPAR

Postos de fiscalização estão sendo reformados

Em 11 de junho, Inácio Kroetz afirmou que nem tudo se consegue resolver, mas prometeu trabalhar para resolver o que for de sua competência e deixou as portas abertas para o debate sobre temas de interesse da categoria.

Reestruturação: dos 33 Postos Fiscais de Trânsito Agropecuários (PFTAs), 15 já estão em funcionamento. Serão reformados mais seis postos e outros 12 passarão por adequações e construções, principalmente nas divisas com o Mato Grosso do Sul e São Paulo. A expectativa é que 23 estejam prontos já no segundo semestre de 2015. Os postos serão monitorados com câmeras online, funcionarão 24 horas por dia, com iluminação e sinalização adequadas. As reformas preveem a instalação de cozinhas e dormitórios para os períodos de repouso dos plantonistas.

Concurso Público: está autorizada a efetivação de até 200 servidores para as carreiras da ADAPAR, dos

quais estão sendo chamados 169 aprovados no último concurso. A efetivação destes servidores e a reestruturação dos PFTAs serão simultâneas pois fazem parte do plano de operação dos postos de fiscalização do trabalho agropecuário.

Condições de trabalho: a ADAPAR pretende oferecer toda infraestrutura necessária para o trabalho e segurança dos plantonistas, inclusive Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A promessa é que os servidores lotados nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSAs) terão transporte até os respectivos PFTAs de suas jurisdições. O Regime de Turno de Trabalho (RTT) será de 12 x 36 horas.

GEEE para os administrativos: o pedido (processo) está no DRH/SEAP há algum tempo. A ADAPAR tem tido dificuldades em captar e manter servidores administrativos na agência devido à baixa remuneração inicial do QPPE. O SINDISEAB solicitou - e já recebeu - o número do processo para acompanhar e negociar com a SEAP.

Capacitação: há previsão de programa de capacitação e treinamento especialmente para os novos contratados.

Carreira técnica administrativa: ainda não há possibilidade (a curto e médio prazos) devido às dificuldades financeiras do governo. A política de recursos humanos definida é que as



necessidades de servidores na agência sejam supridas pelo QPPE. O SINDISEAB reivindicou a elaboração de um projeto para que, surgindo oportunidade, seja implantada uma carreira técnica administrativa própria da ADAPAR.

Representação: os servidores têm direito a uma vaga no Conselho de Administração da ADAPAR. O processo eleitoral foi desencadeado mas não houve consenso, restando um impasse. A autarquia está esperando



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
• SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

REPOSIÇÃO DE PESSOAL

SEAP diz que é a vez do Meio Ambiente

Em cerca de duas horas de reunião, o SINDISEAB discutiu item por item toda a nossa pauta de reivindicações com os secretários da SEAP e da SEAB.

A audiência ocorreu em 12 de junho no Palácio das Araucárias e reuniu também diversos diretores de departamentos importantes para a vida funcional dos servidores públicos estaduais.

Confira o que foi discutido.

**Sistema SEMA:**

- * Secretário do Meio Ambiente, Ricardo José Soavinski;
- * Diretor Presidente do ITCG, Amílcar Cavalcante Cabral;
- * Diretor Geral da SEMA, Paulino Heitor Mexia.

Sindicato:

- * Roberto Carlos Silva;
- * Donizetti Silva;
- * Maria Auxiliadora Fernandes;
- * Izaías Alves Pereira;
- * Benedito Eugênio Padilha;
- * Antônia dos Santos.

Servidores presentes:

- * Themis Piazzetta Marques;
- * Gracie Abad Maximiano.

**Pelo governo:**

- * Secretária da SEAP, Dinorah Botto Portugal Nogara;
- * Secretário da Agricultura, Norberto Anacleto Ortigara;
- * Diretora do Dep. Recursos Humanos da SEAP, Sandra Sellucio Marques;
- * Diretor do Dep. de Saúde Ocupacional da SEAP, Marcus Vinicius Negrão;
- * Superintendente do Dep. de Assistência à Saúde (DAS) da SEAP, Eduardo Mischiatti;
- * Diretor de Previdência da ParanaPrevidência, Edson Wasem;
- * Chefe do GRHS da SEAB, Ivete Leobet;
- * Assessor de Comunicação da SEAP, Evandro Cesar Fadel.

Pelo sindicato:

- * Roberto Carlos A Silva;
- * Donizetti Silva;
- * Maria Auxiliadora Fernandes;
- * Izaías Alves Pereira;
- * Benedito Eugênio Padilha
- * Lourival Uhlig.

Data base e gratificações: o SINDISEAB questionou se o reajuste da data base incidirá sobre as gratificações. Ambos os secretários afirmam que está oficialmente garantido o mesmo percentual da data base para todas as gratificações, adicionais e benefícios para todos os servidores. Segundo o governo, ocorreu um erro de redação do substitutivo no artigo 4º do PL 421/2015, cujo texto já está sendo corrigido.

Reestruturação do QPPE: os dirigentes sindicais questionaram a SEAP pois o tema tem sido colocado em pauta, inclusive com protocolos, há muito tempo pelo sindicato. Por isso, o SINDISEAB enfatizou que não abre mão de participar do grupo de trabalho que vai elaborar o projeto de reestruturação do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), instituído pela Lei 13666/2002. Segundo a SEAP, a proposta divulgada ano passado não tem consistência técnica, jurídica e financeira. Quem elaborou o projeto não considerou o impacto dos inativos, por exemplo. A Secretária Dinorah recebeu, em mãos, um ofício em nome do Fórum de Servidores (FES) indicando representantes dos servidores, inclusive do SINDISEAB, para o grupo de trabalho.

Concursos Públicos: o governo quer saber qual é o número de servidores necessários para funcionamento em cada área dos serviços públicos. O diagnóstico será feito com recursos do Banco Mundial. A meta é que a folha de pagamento do funcio-

nalismo seja mantida abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal para que novos concursos possam ser abertos. Segundo a SEAP, o Meio Ambiente é o próximo da lista para liberação de novos concursos.

Enquadramento: todos os processos que atendem a Nota Técnica 109/2010 foram analisados. Dos 629 processos, 229 têm condições para deferimento e outros 400 processos geraram dúvidas. Segundo o governo, para que não hajam injustiças, a PGE está reexaminando os processos que tiveram pareceres inconclusivos com bastante cuidado. O Procurador Geral do Estado em exercício, Paulo Sérgio Rosso, está fazendo as análises pessoalmente "o mais rápido possível".

Com base em decisão do STF, o SINDISEAB reivindicou também o reenquadramento dos aposentados do QPPE (2002). O Diretor de Previdência da ParanaPrevidência, Edson Wasem, se comprometeu a encaminhar os estudos feitos sobre o assunto em resposta ao ofício protocolado pelo SINDISEAB.

Saúde: o governo pretende contratar, com recursos do Banco Mundial, uma assessoria atuarial para estudar um novo modelo de saúde. A SEAP disse que as dívidas com os prestadores de serviços foram pagas. O superintendente do DAS, Eduardo Mischiatti, elogiou a iniciativa do SINDISEAB de estimular o registro de ocorrências sobre o funcionamento do SAS. Assim, com a reclamação formal, o DAS pode tomar providências e exigir

o cumprimento dos contratos com os estabelecimentos credenciados. Entre os sindicatos, o SINDISEAB é o que mais dá feedback sobre o SAS, contribuindo para que os servidores tenham o direito ao atendimento garantido.

O sindicato foi convidado a visitar a Diretoria de Medicina e Saúde Ocupacional da SEAP e vai receber o projeto que está sendo elaborado para a área.

Pendências: em 04 de maio, foi efetuado o pagamento em folha complementar de promoções e progressões, férias, adicional por tempo de serviço, indenizações e horas extras para as carreiras que tinham os processos regularizados e devidamente instruídos. Para nova autorização, as solicitações devem obedecer o trâmite estabelecido pelo Decreto Estadual 25/2015. A SEAP garante que tão logo o pagamento seja autorizado pela SEFA, serão tomadas as providências para implantação em folha.

Quadro Próprio para a ADAPAR: O SINDISEAB reivindicou a equiparação da interclasse entre as carreiras de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária (AFDA) com a de Fiscal de Defesa Agropecuária (FDA). A SEAP garantiu que será feita uma análise e eventuais equívocos técnicos nas tabelas salariais da ADAPAR, entre AFDA e FDA, serão ajustados.

GEEE para novos da ADAPAR: SEAB e SEAP estudam um meio jurídico para o pagamento da GEEE para os novos contratados da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (2013).

**Pela ADAPAR:**

- * Diretor Presidente, Inácio Afonso Kroetz;
- * Diretor de Defesa Agropecuária, Adriano Luiz Ceni Riesemberg;
- * Diretor Administrativo-Financeiro, Adalberto Luiz Valiati.

Pelo sindicato:

- * Roberto Carlos A Silva;
- * Donizetti Silva;
- * Maria Auxiliadora Fernandes.

Servidor presente:

- * Claudinei Pedrosa Ribas.

que os servidores se organizem e indiquem o nome do representante. O SINDISEAB demonstrou interesse em participar das reuniões do Conselho de Administração como convidado. A possibilidade será analisada.

Sugestões: o debate continua. O SINDISEAB está aberto a receber propostas sobre itens para a pauta de reivindicações específica da ADAPAR. Servidor, participe!

O que queremos?

A seguir, um resumo dos itens reivindicados pelo SINDISEAB para a valorização dos servidores e melhoria das condições de trabalho e da prestação dos serviços públicos nas instituições da base sindical.

Reivindicações do FES

- * defesa da ParanaPrevidência;
- * cumprimento da data base em maio (8,17%) e pagamento em dia de salários;
- * calendário para pagamento de todos os atrasados das diversas categorias;
- * calendário permanente de negociação coletiva nos termos da convenção 151 da OIT;
- * debate permanente sobre o fortalecimento do serviço público com concursos públicos;
- * fim das terceirizações e redução de cargos comissionados.

Pauta do SINDISEAB

- * data base: 8,17% - integral, em maio, incluindo aposentados e sobre toda a remuneração;
- * fortalecimento do serviço público;
- * concurso público para reposição do quadro efetivo de pessoal;
- * solução isonômica e definitiva para os desenquadrados;
- * correção das tabelas salariais do QPPE;
- * desenvolvimento no QPPE;
- * atenção especial para aposentados/pensionistas do QPPE;
- * enquadramento dos aposentados/pensionistas do QPPE;
- * defesa da ParanaPrevidência;
- * medicina preventiva e saúde ocupacional para os servidores;
- * serviços de saúde de fato e direito - SAS/auxílio saúde;
- * auxílios transporte, alimentação, moradia, saúde e pré-escolar.

Sistema SEMA:

- * concurso público para recomposição dos quadros das instituições do Meio Ambiente;
- * pagamento das pendências financeiras - horas extras, promoções e progressões;
- * valorização e prioridade para o Meio Ambiente;
- * convênio do IAP com a Força Verde (Polícia Militar);
- * debate interno para melhorar atuação do IAP perante pedidos do Ministério Público sem sobrecarregar servidores;
- * implantação de políticas de motivação aos servidores públicos do IAP;
- * capacitação, qualificação e formação;
- * melhores condições de trabalho;



- * modernização informática (computadores);
- * manutenção de veículos, barcos e equipamentos/máquinas;
- * reforma e melhorias nas estruturas físicas da sede e escritórios regionais do IAP;
- * diminuição do número de cargos comissionados, terceirizações e estagiários;
- * debate Interno sobre corrupção e desvios éticos;
- * transparência na administração pública (IAP);
- * critérios para a definição de chefes de Escritórios Regionais, departamentos e setores do IAP;
- * debate interno, participação nas decisões e soluções sobre o IAP;
- * participação dos servidores na Política Ambiental do Estado do Paraná;
- * apoio jurídico aos Escritórios Regionais e aos Servidores Públicos;
- * atenção aos servidores públicos em pré-aposentadoria;
- * implantação de um programa de saúde, segurança do trabalhador e sustentabilidade ambiental;
- * criação de um Quadro Próprio do Meio Ambiente.

SEAB/ADAPAR:

- * concurso público para recomposição dos quadros de pessoal das instituições da agricultura - SEAB e ADAPAR;
- * pagamento das pendências financeiras - promoções e progressões;
- * condições adequadas de trabalho, mais e melhores serviços públicos;
- * prioridade e valorização para as instituições da Agricultura;
- * GEEE para os servidores da ADAPAR - contratados em dezembro/2013;
- * criação de carreira administrativa para a ADAPAR;
- * equilíbrio entre os subsídios das tabelas salariais da ADAPAR: AFDA e FDA.

Jurídico

SINDISEAB propõe novas ações judiciais

O sindicato vai cobrar na Justiça os direitos dos servidores filiados.

Mais uma vez, vamos ter que impetrar ações judiciais para garantir o recebimento de benefícios e avanços nas carreiras previstos em lei. Lembrando que o sindicato representa judicialmente somente os servidores que estão devidamente associados. Se você ainda não está, mande um email

para a secretaria geral (sindiseab@sindiseab.org.br). Aproveite a oportunidade!

Fique atento aos prazos e documentos necessários para ter seu nome incluído nas ações. Por isso, ATENÇÃO: a documentação completa deve ser enviada ao SINDISEAB até 30 de junho de 2015.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA AS AÇÕES

* não pagamento e parcelamento do terço/abono de férias:

01. Procuração preenchida com os dados do associado;
02. Cópia de documentos pessoais - RG e CPF;
03. Cópia do requerimento de férias;
04. Para aqueles que ainda não receberam o terço de férias são necessários os holerites do mês de gozo de férias até a data atual (ex: maio 2015) a fim de comprovar o não pagamento;
05. Para aqueles que receberam, porém através do parcelamento (3 vezes), enviar cópias dos holerites do parcelamento;
06. Declaração de ciência de deveres com o SINDISEAB/Assessoria Jurídica.

* progressão por titulação:

01. Procuração preenchida com os dados do associado;
02. Cópia de documentos pessoais - RG e CPF;
03. Cópia do processo de PROGRESSÃO por TITULAÇÃO (requerimento protocolado + despacho com indeferimento - se houver);
04. Dossiê Histórico Funcional (obter junto ao DRH);
05. Ficha Financeira (do período de que o servidor adquiriu o direito até a data atual - solicitar ao DRH);
06. Declaração de ciência de deveres com o SINDISEAB/Assessoria Jurídica.

* progressão por antiguidade:

- 01 - Procuração preenchida com os dados do associado;
02. Cópia de documentos pessoais - RG e CPF;
03. Cópia do processo de PROGRESSÃO por ANTIGUIDADE (requerimento protocolado + despacho com indeferimento - se houver);
04. Dossiê Histórico Funcional (obter junto ao DRH);
05. Ficha Financeira (do período de que o servidor adquiriu o direito até a data atual - solicitar ao DRH);
06. Declaração de ciência de deveres com o SINDISEAB/Assessoria Jurídica.

* progressão por titulação para concluintes do estágio probatório:

01. Procuração preenchida com os dados do associado;
0. Cópia de documentos pessoais - RG e CPF;
03. Cópia do processo de PROGRESSÃO por TITULAÇÃO após a conclusão do Estágio Probatório (requerimento protocolado + despacho com indeferimento - se houver);
04. Dossiê Histórico Funcional (obter junto ao DRH);
05. Ficha Financeira desde a data da aquisição do direito até a data da sua efetiva implantação ou até a data de hoje (solicitar ao DRH);
06. breve resumo/relato sobre o caso (servidor), para subsidiar aspectos fáticos da ação judicial a ser proposta;
07. Declaração de ciência de deveres com o SINDISEAB/Assessoria Jurídica.

NOTA PÚBLICA

SINDISEAB é a favor do combate à corrupção

O SINDISEAB aspira por um Estado democrático fundamentado na dignidade da pessoa humana, condição indispensável para a construção de uma "sociedade livre, justa e solidária", nos exatos dizeres da Constituição Federal.

Nossa ação sindical, além da melhoria nas condições laborais, visa também mais e melhores serviços públicos e a conscientização do exercício da cidadania. A corrupção põe em risco a democracia, por isso deve ser combatida independente de ideologias, partidos, sexualidade, religiosidade e, mormente, empregado ou empregador.

Precisamos de coragem, determinação e comprometimento ético no enfrentamento, sem os quais não construiremos um verdadeiro Estado democrático de Direito.

Temos recebido, constantemente, dos nossos associados, manifestações e preocupações quando à corrupção nos ambientes e locais de trabalho. Causa-nos satisfação observar que os órgãos competentes estão cumprindo o seu papel de investigar e apurar os fatos.

O SINDISEAB orienta aos servidores que tenham conhecimento de indícios de corrupção e desvios éticos que subsidiem o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado - GAECO - a Procuradoria Geral de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado. A orientação vale também para quem está sendo investigado, que deve entregar, colaborando com a justiça, todas as informações solicitadas. Quem não deve, não teme!

As denúncias podem ser encaminhadas para a Coordenação Estadual da Justiça à Rua Brasilino Moura, nº 818, Bairro Ahú, CEP 80.540-340, Fone/Fax (41) 3254-1195, e-mail: gaeco@mppr.mp.br ou pelo site www.gaeco.mppr.mp.br.